

Processo nº 14.950-0/2015
Interessado TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO
Assunto Altera os parágrafos 1º ao 4º do artigo 2º da Resolução Normativa nº 31/2014, que estabelece regras para remessa de informações via *internet* pelas unidades gestoras das Administrações Municipais e Estaduais do Estado de Mato Grosso, por meio do Sistema de Auditoria Pública Informatizada de Contas – APLIC
Relator Nato Conselheiro Presidente WALDIR JÚLIO TEIS
Sessão de Julgamento 24-11-2015 – Tribunal Pleno

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 30/2015 – TP

Altera os parágrafos 1º ao 4º do artigo 2º da Resolução Normativa nº 31/2014, que estabelece regras para remessa de informações via *internet* pelas unidades gestoras das Administrações Municipais e Estaduais do Estado de Mato Grosso, por meio do Sistema de Auditoria Pública Informatizada de Contas – APLIC.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 70 a 75 da Constituição Federal e artigo 47 da Constituição Estadual; e

Considerando a incessante busca pelo aperfeiçoamento dos métodos e processos de fiscalização e o inegável dever de se expandir e aprimorar o escopo de auditoria concernente às ações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

Considerando o objetivo de implementar em outros órgãos e entidades da Administração Pública de Mato Grosso um meio ágil e eficiente de prestação de contas informatizada;

Considerando a necessidade da regular atualização dos diversos normativos emanados desta Corte de Contas;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar os parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do artigo 2º da Resolução Normativa nº 31/2014, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º ...

§ 1º As informações pertinentes à aposentadoria, reforma, reserva remunerada, pensão, bem como folha de pagamento de inativos deverão ser remetidos pelo(a):

I - Mato Grosso Previdência – MTPREV, quando as informações se referirem ao Poder Executivo Estadual;

II - Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso;

III - Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso;

IV - Ministério Público do Estado de Mato Grosso;

V - Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.

VI – Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.”

§ 2º Em se tratando de administração indireta, não será necessário o envio de informações nos casos de aposentadoria e pensão de empregados públicos pertencentes a Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, assim como a folha de pagamento de inativos, por serem vinculados ao Regime Geral de Previdência Social.

§ 3º. As informações pertinentes aos processos licitatórios, atos de admissão de pessoal e folha de pagamento de ativos deverão ser remetidos ao TCE-MT por suas respectivas unidades orçamentárias.

§ 4º. Entende-se por atos de admissão de pessoal os concursos públicos, processos seletivos públicos, processos seletivos simplificados e os respectivos atos admissionais.

§ 5º...”.

Art. 2º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data da sua publicação, revogando disposições em contrário.

Participaram da deliberação os Conselheiros ANTONIO JOAQUIM, JOSÉ CARLOS NOVELLI, VALTER ALBANO, DOMINGOS NETO e SÉRGIO RICARDO, e a Conselheira Interina JAQUELINE JACOBSEN

Processo nº 14.950-0/2015
Interessado TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO
Assunto Altera os parágrafos 1º ao 4º do artigo 2º da Resolução Normativa nº 31/2014, que estabelece regras para remessa de informações via *internet* pelas unidades gestoras das Administrações Municipais e Estaduais do Estado de Mato Grosso, por meio do Sistema de Auditoria Pública Informatizada de Contas – APLIC
Relator Nato Conselheiro Presidente WALDIR JÚLIO TEIS
Sessão de Julgamento 24-11-2015 – Tribunal Pleno

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 30/2015 – TP

Presente, representando o Ministério Público de Contas, o Procurador-Geral GUSTAVO COELHO DESCHAMPS.

Publique-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 24 de novembro de 2015.

(assinaturas digitais disponíveis no endereço eletrônico: www.tce.mt.gov.br)

CONSELHEIRO WALDIR JÚLIO TEIS – Relator Nato
Presidente

GUSTAVO COELHO DESCHAMPS
Procurador-Geral de Contas